

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT12.012

## DISCURSO E CIDADANIA: REFLEXÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO TEXTUAL DE ESTUDANTES NA EJA PRISIONAL

Ricardo Acácio de Almeida

### RESUMO

Autores relacionados à análise do discurso como Pêcheux (2009), Orlandi (1996), como também, autores relevantes para a Educação de Jovens e Adultos como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti e as contribuições de Milton Santos sobre cidadania, contribuíram para a composição deste trabalho. O principal objetivo é descrever as possibilidades da AD na produção de textos realizados em sala de aula, especificamente para estudantes do ensino de Jovens e Adultos (EJA) da etapa II do seguimento I, privados de liberdade. Como metodologia, foi adotada a pesquisa-ação, a qual oferece a possibilidade de interação entre estudantes e docentes na construção de uma aprendizagem mediada. Foram apresentadas atividades de leitura através de canções, cordéis, textos diversos sobre cidadão e cidadania entre outros. Não foi exigido nenhum gênero textual específico na realização da produção textual, apenas solicitado que escrevessem o que entendiam como ser cidadão. O objetivo de fazer os estudantes compreenderem o tema cidadania foi facilitado pelo uso de vários tipos de linguagem como a música, a poesia de cordel, textos conceituais. Foi observado, no discurso dos educandos, conceitos de cunho ideológico baseado no senso comum.

**Palavras-chave:** análise do discurso, cidadão, Educação de Jovens e Adultos, educação em prisões.

## INTRODUÇÃO

A tentativa de refletir as melhores estratégias para a condução das aulas é sempre almejado por docentes conscientes de seu trabalho de mediação, os quais percebem que as transformações na sociedade contemporânea têm, no meio-técnico científico-informacional um grande influenciador transformativo.

O meio-técnico-científico-informacional é uma expressão criada pelo professor Milton Santos para descrever as transformações socioespaciais ocorridas no mundo, a partir da década de 1970. Essas mudanças são caracterizadas pela aplicação da ciência à denominada terceira revolução industrial. Neste período, contemporâneo, é intensa a presença de tecnologias da informação e comunicação, mediando o intenso fluxo de informações. Os objetivos técnicos, a ciência e os intensos fluxos de informações atuam em conjunto na transformação e reprodução do espaço geográfico. Assim, este período pode ser caracterizado pelas transformações do meio-técnico, proporcionadas pela união entre a tecnologia, ciência, a tecnologia e a informação.

Na reunião de práticas, conhecimentos, técnicas e informações que permeiam a sociedade contemporânea, a ciência e a tecnologia interagem com a organização da vida social, política e econômica. Para Santos, essa interação molda a forma como os indivíduos e os grupos se relacionam com o mundo e entre si.

Assim, este artigo visa compartilhar experiências de docência em uma escola situada em um sistema prisional, com intuito de reverberar um modo de ver o processo de leitura e escrita de forma protagonista e crítica, tomando a Análise do Discurso (AD) como base teórica para pensar um modo outro de produzir textos e produzir leituras.

A AD, na educação em prisões, é um campo interdisciplinar que combina teorias da linguística, sociologia, psicologia e educação para compreender como a linguagem e a comunicação influenciam e são influenciadas pelo contexto carcerário. Dessa maneira, houve a criação

de estratégias de escrita, para que os textos elaborados por estudantes alcançassem os patamares esperados.

Nessa tentativa, para auxiliar no planejamento, foram considerados os Organizadores Curriculares da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, advogando a ideia de que os documentos legais da educação sejam observados, nunca de forma acrítica.

As reflexões aqui apresentadas são guiadas pela constante necessidade de estimular a produção de textos nas salas de aula, devido à importância do papel social que a atividade pode proporcionar para estudantes, provocando autonomia e pensamento crítico.

Paulo Freire sempre argumentou em seus livros uma educação libertadora, na qual o educando não pode ser visto como depósito. Estudantes são sujeitos que trazem consigo saberes e vivências. Para esse autor, através do diálogo e realizando ensaios e abordagem da realidade no ensino em sala de aula, educadores e educandos constroem juntos o conhecimento.

Thiollent (2022) também discute o que ele conceitua como saber/saber informal. O autor faz reflexões sobre o saber formal dos pesquisadores, dotado de uma capacidade de reflexão e abstração e o saber informal, que é baseado na experiência concreta dos alunos. Assim, Thiollent (2022, p.77), argumenta que o saber do pesquisador é sempre incompleto e não se aplica a todas as situações de maneira que é necessário estabelecer alguma forma de comunicação entre o conhecimento formal do educador/pesquisador e o saber informal, no caso deste trabalho, de estudantes privados de liberdade, estabelecendo uma intercompreensão do conhecimento adquirido na experiência de vida.

Nesse viés, este trabalho espelha-se no ensino plural e democrático sob a concepção da análise do discurso relativa à interpretação e produção textual, tendo a democracia, liberdade e cidadania como principais temas abordados em sala de aula. Autores relacionados à análise do discurso como Pêcheux (2009), Orlandi (1996), como também, autores relevantes para o conceito de cidadania e a Educação de Jovens e Adultos

como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, Elenice Ornofre, Milton Santos e os Organizadores Curriculares do Estado da Bahia contribuíram para a composição deste trabalho.

O principal objetivo é descrever as possibilidades da AD na produção de textos realizados em sala de aula, especificamente para estudantes do ensino de Jovens e Adultos (EJA) da etapa II do seguimento I, privados de liberdade. Como metodologia foi adotada a pesquisa-ação, a qual oferece a possibilidade de interação entre estudantes e docentes na construção de uma aprendizagem mediada. Foram apresentadas atividades de leitura através de canções, cordéis, textos diversos sobre cidadão e cidadania entre outros. Não foi exigido nenhum gênero textual específico na realização da produção textual, apenas solicitado que escrevessem o que entendiam por ser cidadão.

## ABORDAGENS TEORICAS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que tem como proposta atingir um público que não teve acesso à educação na idade convencional ou que precisou interromper os estudos. No Brasil, a EJA é reconhecida como um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996).

Diferente do direito de ir e vir, a educação está entre um dos direitos que podem ser usufruídos pelo privado de liberdade em ambiente prisional. De acordo com o Parecer n CNE/CEB nº 4/2010 :

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades, e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, um ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nessas unidades - dirigentes, técnicos e agentes - são educadores e devem estar orientados nessa

condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. (p.14).

Dessa forma, a educação em prisões deve ser vista de maneira ampla, panorâmica, sistêmica, a fim de cumprir da melhor maneira possível o processo transformador que o educar pode oferecer ao indivíduo, mesmo em condições adversas.

A respeito da Educação de Jovens e Adultos, diversos autores brasileiros contribuíram para a construção desse conceito e das práticas da EJA com destaque nas obras de Paulo Freire, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti e Elenice Ornofre.

O primeiro, Paulo Freire, um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia, responsável por ter aprofundado um método de alfabetização de adultos que busca desenvolver consciência crítica. Alfabetizou cerca de 300 adultos em Angicos (RN) em 40 horas de estudos (Biccas, 2021).

Entre os anos de 1961 a 1964, período do governo do presidente João Goulart, sob a coordenação de Paulo Freire, foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização com a forma metodológica de alfabetização de Paulo Freire. A coordenação da Comissão Especial, na qual ele era responsável, criou de 60.870 círculos de cultura, a fim de alfabetizar 1.834.200 adultos, atendendo 8,97% da população analfabeta na faixa etária de 15 a 45 anos (Biccas, 2021).

Paulo Freire assumiu o cargo de secretário municipal de Educação de São Paulo no ano de 1989, tendo destaque o programa MOVA- SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos). Esse programa tornou-se modelo de educação popular e de alfabetização de adultos para muitas secretarias de educação de governos progressistas (FREIRE (2019), p.69). Na cidade de Diadema, foi orientador da política pública de educação, na gestão municipal de 2004 a 2008. Defendia uma educação libertadora, que partisse da realidade e das experiências dos educandos. Para Freire, a educação não deve ser uma simples transmissão de conhecimentos, mas um processo dialógico que promova a conscientização e a autonomia dos

sujeitos. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", Freire (2011, p. 82) afirma que:

Na concepção bancária, que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da "cultura do silêncio", a "educação bancária" mantém e estimula a contradição.

Nesse trecho, pode-se verificar a crítica à educação bancária, que trata o aluno, a aluna como um depósito de informações e propõe uma educação problematizadora, em que o conhecimento é construído coletivamente, respeitando os saberes prévios de educandos e educandas.

O segundo autor mencionado, Miguel Arroyo, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais tem grande contribuição nas discussões políticas educacionais. Defensor da educação integral que estabeleça um diálogo com a realidade dos sujeitos da educação. Seus principais livros são: Educador em diálogo com o nosso tempo (2011), Currículo, Território em disputa (2014), Vidas, outros sujeitos, outras pedagogias (2017), Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres (2017) e Ameaças exigências - respostas éticas da educação e da docência (2019). Enfatiza que a EJA deve ser entendida como um direito humano e social. Ele critica a visão da EJA como uma "educação de segunda categoria" e defende que ela deve ser pensada a partir das necessidades e dos contextos de vida dos jovens e adultos. Arroyo destaca que a EJA não pode ser reduzida a uma simples reposição de escolaridade, mas deve ser um espaço de formação integral, que considere as dimensões culturais, sociais e políticas dos educandos. Para Arroyo (2005), a EJA não é uma educação para pobres, mas uma educação que reconhece os sujeitos pobres como sujeitos de direitos.

Já Moacir Gadotti, professor universitário aposentado pela Universidade de São Paulo e presidente de honra do Instituto Paulo Freire, especializado no pensamento pedagógico de Paulo Freire e desenvolve uma proposta educacional crítica do educador brasileiro e a construção

da escola cidadã numa visão dialética. Atuante também nos temas de educação de Jovens e Adultos e educação para a sustentabilidade. Suas principais obras são: *Pedagogia da Terra* (2001), *Educar para a Sustentabilidade* (2008), *Boniteza de um Sonho: ensinar e aprender com sentido* (2002), *os mestres de Rousseau* (2004), *Paulo Freire: uma bibliografia* (1996), *Pedagogia da Práxis* (1995), *Escola Cidadã* (1992), *Pensamento Pedagógico brasileiro* (1987) e *a História das ideias Pedagógicas* (1993). Reforça a importância da EJA como uma modalidade educativa que promove a inclusão social e a cidadania. Ele destaca que a Educação de Jovens e Adultos deve ser flexível e adaptada às realidades dos educandos, valorizando seus conhecimentos e experiências. Gadotti também enfatiza o papel da EJA na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Elenice Ornofre é uma grande pesquisadora doutora vinculada ao Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar como Professora Sênior e integrante do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação na área de educação em prisões. Sua experiência de ensino e pesquisa em Educação, com ênfase em Processos de Ensino e Aprendizagem, permite à pesquisadora atuar nos seguintes temas: educação escolar para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade, formação de professores e demais agentes educativos, como também, práticas sociais escolares e não escolares. Seu trabalho consiste em promover a educação como direito universal mesmo que seja no sistema prisional. A autora expõe, através de suas obras, que a educação é uma ferramenta transformadora para as pessoas privadas de liberdade e, muitas vezes, um veículo de reinserção social. Sua atuação em projetos educacionais no campo do sistema prisional vai até o âmbito internacional. Suas principais obras são os livros *Educação Escolar na prisão: O olhar de alunos e professores*, *Educação Escolar entre as grades e o espaço da prisão e suas práticas educativas*. Ornofre (2012), diante de seus estudos e pesquisa, tem um olhar peculiar com relação à leitura e o aprender a ler em educação em prisões:

Pensar a escola em comunidades excluídas e pobres também nos remete a uma reflexão relevante – o valor da educação, e o prestígio de quem a ministra é grande. Nessa perspectiva, para os privados de liberdade, aprender a ler e escrever (mesmo que bilhetes) significa libertar-se da dependência do colega de cela que assume o papel de escriba e conhecedor de uma intimidade familiar que por vezes, fragiliza o indivíduo. Tal situação significa “dívida” ao colega de cela, e na prisão, dívida significa submissão e risco. O valor dado ao professor pelo aluno é significativo, pois além dos ensinamentos dos conteúdos escolares, ele significa a oportunidade do contato com alguém fora dos muros – é o elo perdido com a família e a sociedade através do isolamento e afastamento do convívio social.

Com relação à análise do discurso, teve sua origem na França, sendo seu fundador Michel Pêcheux. Para Pêcheux, a análise do discurso consiste em uma abordagem teórica que investiga as relações entre linguagem, ideologia e poder, identificado na obra “Análise Automática do Discurso” publicada do ano de 1969. Segundo Eni Orlandi (2001, p. 23):

“O objetivo da análise de discurso é descrever o funcionamento do texto. Em outras palavras, sua finalidade é explicar como um TEXTO produz sentido” (grifos da autora).

Considerado como um dos fundadores da Análise do Discurso (AD) sua definição afirma ser uma construção que atravessa a ideologia e é determinada pelas condições sócio-históricas. No livro “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do Óbvio.

Pêcheux (1975, p. 217)) diz que:

“O discurso não é simplesmente um reflexo da realidade ou da intenção do sujeito, mas um espaço onde se manifestam as formações discursivas determinadas pela ideologia e pelas relações de poder”.

Orlandi (2008) ainda comenta que na origem da análise de discurso francesa, tal como é pensada por Michel Pêcheux, seu fundador, está a relação da linguagem com a ideologia. A partir da reflexão da autora sobre o pensamento de Pêcheux, percebe-se que a análise do discurso estabelece uma crítica na constituição da ideologia e das ciências sociais visto na sociedade. Atualmente, a AD se encontra em outra fase que não se limita à língua, pois suas observações permeiam as relações de poder, a

institucionalização de identidades sociais e os processos de inconsistência ideológica. Maingueneau (2010, p. ???) afirma que:

A análise do discurso é de toda maneira crítica pelo simples fato de que não autonomiza os textos, de que os relaciona a prática sociais e a interesses situados. Por exemplo, o estudo de textos religiosos ou científicos numa perspectiva da análise do discurso exige que se levem em conta as instituições que produzem e gerenciam esses textos e não apenas os seus conteúdos, por mais prestigiosos que eles sejam.

No âmbito deste trabalho, o qual aborda a análise do discurso juntamente com os conceitos de cidadania, menciona-se o pensamento do professor geógrafo Milton Santos, quando faz suas reflexões críticas sobre a cidadania. Milton Santos, um dos maiores intelectuais do Brasil no século XX, como professor e pesquisador na área de Geografia, escreveu mais de 40 livros, abordando conceitos relevantes ao campo de estudo geográfico como o espaço, território, paisagem, as regiões geoeconômicas do Brasil, a urbanização e por fim a globalização. Como algo inerente ao estudo geográfico, as relações da sociedade foram sempre analisadas e estudadas em todas as suas obras.

Com relação ao tema cidadão e cidadania vale mencionar os livros Espaço do Cidadão (1987), Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal (2000), a urbanização brasileira (1993), Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional (1994), metamorfoses do espaço habitado (1988) e o trabalho do geógrafo no terceiro mundo (1978). Na concepção do geógrafo, a cidadania é fragmentada e excludente na sociedade já que os indivíduos são privados de acesso a direitos básicos, como educação, saúde, moradia e participação política efetiva. Santos (1987, p.20) afirma que: “A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura”.

Em outro momento, Santos (1987, p.15) quando menciona a cidadania no contexto atual brasileiro, diz que o “Cidadão é aquele que,

consciente de seus direitos e deveres, participa ativamente da vida da cidade, transformando o espaço em lugar de todos e para todos”.

Além disso, a análise do discurso, juntamente, com os conceitos de cidadania, pode-se mencionar o pensamento do professor Milton Santos quando faz suas reflexões críticas sobre o cidadão. Para Santos (2022), a cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve ser reclamada”.

Ao falar da produção textual, Eni Orlandi (1999, p. ??) fala que o texto é uma peça de linguagem e cita M.A.K. Halliday em um dos seus artigos:

Não hesitaria, como aliás tenho feito há anos nos meus cursos de Introdução à Análise de Discurso, em começar a reflexão partindo de M.A.K. Halliday na enfatização de ser o texto a unidade primeira. Para ser texto, diz ele (1976), é preciso ter textualidade. E a textualidade é função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade.

Orlandi (1999) também afirma que as palavras não significam em si, mas sim o texto que significa. Esse entendimento inicia a partir do momento em que palavra significa porque tem textualidade e esta textualidade é o resultado de um discurso que dá sentido a ela, a palavra. É importante compreender que o texto transporta múltiplos sentidos possíveis e aparecem de acordo com a posição do leitor e suas experiências. Com um dos vários objetivos da escola na formação dos estudantes, a produção de texto e sua interpretação deve ser estimulada na sua multiplicidade de sentidos e a reflexão sobre como os textos são construídos e como eles podem ser interpretados de diferentes maneiras.

## PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação é um método de pesquisa que no Brasil é muito utilizado nos campos da educação, comunicação, organização, serviço social, difusão de tecnologia rural, militância política ou sindical etc. Envolve a teoria e prática na elaboração do conhecimento. É um método que foi muito bem incorporado ao mundo da educação uma vez que o âmbito

de trabalho da educação se dá na transformação cotidiana e na evolução da pesquisa. Segundo Silva & Mentges (2023, p. ??):

A pesquisa-ação concebe a incorporação da ação como sua dimensão constitutiva, tratando-se assim de uma pesquisa que articula teoria e prática no processo de construção do conhecimento. Nesse contexto, a pesquisa-ação incorre na discussão sobre a relação entre teoria e prática, considerada um desafio pelos educadores.

A aceitação de que o método de pesquisa-ação é bem-vinda ao ambiente de pesquisa na área da educação é também reforçado por Thiollent (2009, p. 84):

Uma das mais difundidas justificativas consiste na constatação de uma desilusão para com a metodologia convencional, cujos resultados, apesar de sua aparente precisão, estão muito afastados dos problemas urgentes da situação atual da educação. Por necessárias que sejam, revelam-se insuficientes muitas das pesquisas que se limitam a uma simples descrição da situação ou a uma avaliação.

Além disso, a pesquisa-ação tem uma crescente adesão de pesquisadores no Brasil na área de educação com causas populares de grande relevância por focalizar em ações transformadoras.

Segundo Gay, Mills e Airasian (2006 apud Silva & Mentges, 2023) as etapas básicas do processo de pesquisa-ação são: a identificação, a coleta dos dados; a análise e a interpretação dos dados e o desenvolvimento do plano de ação. Cabe salientar que durante todas as etapas alcançadas, a aprendizagem dos participantes é inerente ao processo. Thiollent (2009, p.75) afirma que:

Na pesquisa-ação, uma capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação. Isto pode ser pensado no contexto das pesquisas em educação, comunicação, organização e outras. O fato de associar pesquisa-ação e aprendizagem sem dúvida possui maior relevância na pesquisa educacional, mas é também válido nos outros casos.

Para adequar os diferentes saberes entre as duas partes da pesquisa, Thiollent (2009, p. 77) propõem que:¶

Num primeiro momento, os participantes são levados a descrever a situação ou o problema que estão focalizando, com aspectos de conhecimento (busca de explicações) e de ação (busca de soluções). A descrição dá lugar a uma lista de temas que são ponderados em função da relevância que lhes é atribuída pelos participantes. Por sua vez, os especialistas estabelecem a sua própria temática relativa ao mesmo problema ou assunto, com indicação de sua ponderação.

Em seguida, as duas temáticas são comparadas, procurando-se mostrar zonas de compatibilidade e de incompatibilidade, tanto no nível de listagem como no da ponderação (ordem de prioridade). Na listagem, observa-se que existem diferenças linguísticas. É necessário estabelecer correspondências “perfeitas” ou “imperfeitas” entre a terminologia popular e a terminologia erudita.

A partir da afirmação do autor, pode-se observar uma técnica de comparação que permite analisar o que é falado pelo educando e o que é falado pelo educador/pesquisador. Thiolent (2009, p.78) diz também que esta técnica não resolve todos os problemas, mas direciona para um ponto de partida com possibilidade de “mapear” os dois universos de representação para alcançar intercompreensões.

## **CIDADANIA EM AÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PROPOSTA**

A proposta foi apresentada em sala de aula devido a dificuldade dos alunos em entender o conceito de cidadania. Muitos equívocos conceituais, juntamente, com trocas conceituais de palavras embora muitos apresentavam uma consciência dos seus direitos que eram vetados no ambiente carcerário. A necessidade de um esclarecimento e uma organização conceitual entre os educandos passou ser necessária para o andamento das aulas, principalmente, de ciências humanas.

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa-ação, a qual oferece a possibilidade de interação entre estudantes e o docente na construção de uma aprendizagem mediada e focada na melhoria do processo educacional. Foram apresentadas atividades de leitura através de: can-

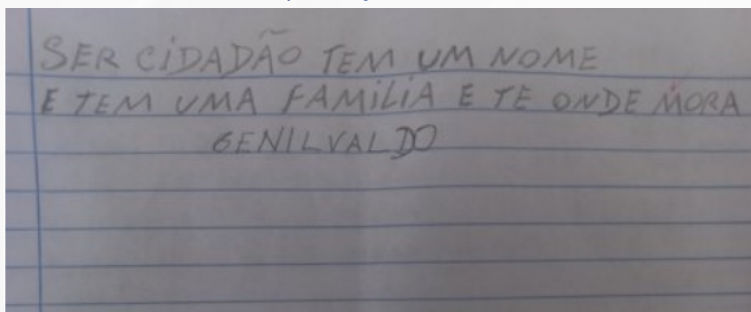
ções, cordéis, textos diversos sobre cidadão e cidadania entre outros. Não foi exigido nenhum gênero textual específico na realização da produção textual, apenas solicitado que escrevessem o que entendiam como ser cidadão.

O trabalho foi desenvolvido em uma sala de aula na Unidade Prisional módulo 2 da, etapa II do espaço prisional do modulo 2. Os estudantes possuíam de 20 a 50 anos de idade, uma típica turma de Educação de Jovens e Adultos. A iniciativa deste trabalho foi motivada na tentativa de refletir as melhores estratégias para a condução das aulas de leitura e escrita, juntamente, com o tema sempre importante a todos como a cidadania.

A partir de então, foram realizadas oficinas textuais ao longo de 2 meses com todos os alunos matriculados durante as aulas realizadas durante a semana.. Uma vez por semana, eram trabalhados assuntos que envolviam o tema cidadania, apresentando textos conceituais. Outras vezes, apresentando canções que eram lidas e interpretadas, como também, cordéis.

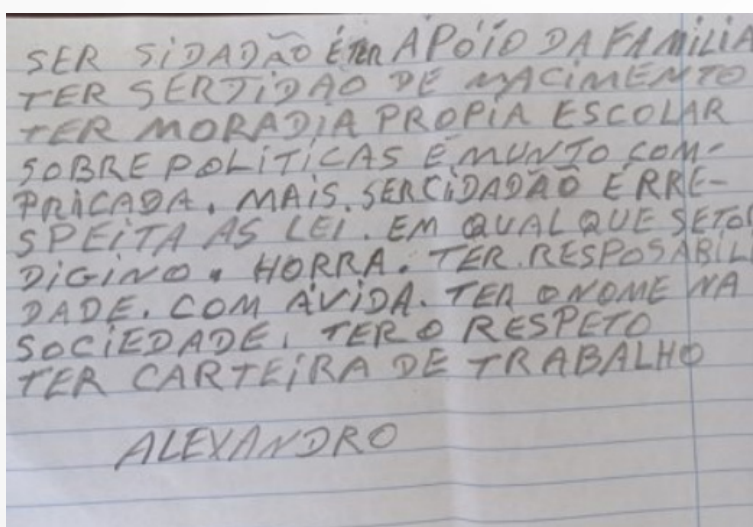
As oficinas de leitura foram realizadas ao longo de 8 semanas, com atividades que envolviam a produção de textos de forma individual. Nas folhas de papel, os alunos identificavam com os seus nomes e escreviam o que pensavam sobre cidadania. Após a entrega dos escritos dos alunos, pode-se tecer interpretações a partir AD. Não escolher o gênero literário específico para as escritas permitiu aos educandos maior liberdade para escreverem da maneira que cada um achasse melhor.

Como resultado da pesquisa, foram elaborados textos com a pergunta no quadro: “O que você entende por cidadania?” Os alunos responderam de maneiras diferentes, conforme excertos abaixo:

**Foto 1:** excerto de produção da oficina da x 1semana

**Fonte:** O próprio autor

Na escrita acima, observa-se que o próprio conceito de cidadão está sobre uma plataforma criada pela sociedade ao longo dos anos. A palavra “cidadão” tem origem no latim “civitas”, significando “cidade” ou “comunidade política”. Na Antiguidade na cidade de Roma, o “civis” era aquele que possuía direitos políticos e legais participando das decisões da cidade (civitas). Para Carvalho (2002), o cidadão é aquele que, além de ter seus direitos formalmente reconhecidos, consegue exercê-los no seu cotidiano. Entretanto, o autor ressalta que no Brasil, a cidadania é um caminho a ser construído com idas e vindas. Na escrita a seguir, pode-se observar a construção do conceito de cidadão.



**Fonte:** O próprio autor



A partir das escritas dos dois estudantes, podemos refletir sobre o que Eni Orlandi afirma quando diz que na análise do discurso, o dizível é definido, para o sujeito, pela relação entre formações discursivas distintas. A autora explica de forma detalhada:

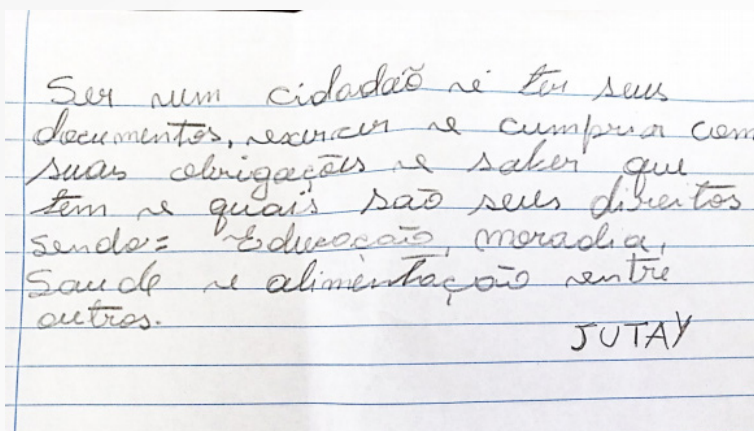
Cada formação discursiva define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, em determinada conjuntura. O complexo das formações discursivas, em seu conjunto, define o universo do “dizível” e especifica, em suas diferenças, o limite do dizer para os sujeitos em suas distintas posições (remissíveis a diferentes formações discursivas) (Orlandi (2022, p. 46).

O discurso sobre o que é ser cidadão reflete diretamente aquilo que a sociedade apresenta através dos meios de comunicação vistos em sala de aula e como a sociedade apresenta no seu cotidiano. Embora não haja menção de honestidade e cidadania nas aulas, o estudante estabelece uma conexão. A condição de cárcere na qual ele se encontra pode ter contribuído para ele ter falado de honestidade, tendo em vista a omissão da cidadania que é percebido pelo estudante no ambiente carcerário. Com relação à forma como a palavra “CIDADÃO” está escrita de forma equivocada com “S”, ao invés de “C”, conforme a norma culta estabelece, confirma o que Freire (1989, p. 9) diz que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a “reler” momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo.

O estudante acima pode ter um saber formal/informal a respeito do que é ser cidadão por meio de um conhecimento construído através da sua vivência, como também, por meio do aprendizado nas aulas. Entretanto,

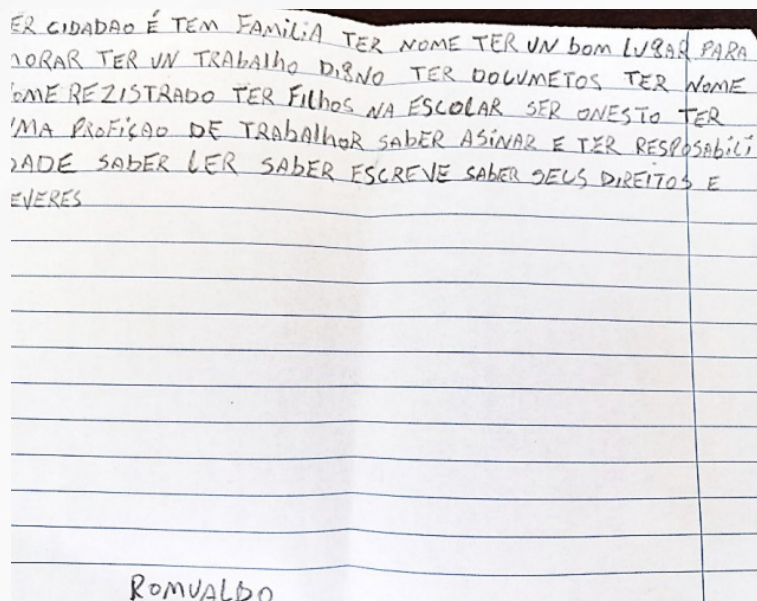
a sua leitura do mundo precede o entendimento da escrita, conforme a norma culta. Ele pensa no significado da palavra antes de saber escrevê-la da maneira correta.



**Fonte:** O próprio autor

Nesse discurso escrito, o aluno já apresenta uma relação com os principais direitos do cidadão segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, como também, revela que sujeito não é dono de seu discurso, mas é “assujeitado” pelas formações discursivas e ideológicas (Pêucheux, 1975). Este discurso escrito do aluno, assim como os demais discursos dos demais revelam que o sujeito é interrompido pela ideologia, ou seja, ele é constituído como sujeito pelo discurso que o precede e o condiciona.





TER CIDADÃO É TEM FAMÍLIA TER NOME TER UM bom LUGAR PARA  
VIVAR TER UM TRABALHO DIGNO TER DOCUMENTOS TER NOME  
BOM REGISTRADO TER FILHOS NA ESCOLA SER ONESTO TER  
UMA PROFIÇÃO DE TRABALHO SABER ASSINAR E TER RESPONSABILI  
DADE SABER LER SABER ESCREVER SABER SEUS DIREITOS E  
DEVERES

ROMUALDO

Fonte: O próprio autor

A repetição dos principais pilares ideológicos construídos pela sociedade são repetidamente falados. Pode-se considerar que ter uma família, filhos na escola e cumprir com suas obrigações e saber seus direitos e menciona moradia, saúde e educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dias atuais exigem de cada um de nós habilidades que devem ser exercidas e aprendidas. A rápida transformação da sociedade da informação influencia nossa vida cotidiana e a educação não poderia ficar de fora. Diante disso, a abordagem do professor perante a sala jamais poderá ser a mesma dos tempos em que ele foi educando. Os estudantes inseridos no meio-técnico-científico-informacional contemporâneo constituem um perfil de estudante jamais visto antes. Muitos possuem aparelhos celulares que dispõem de informações e são capazes de se informar de forma instantânea.

Diante dos textos elaborados pelos estudantes, pode-se observar pequenas transformações. Foi observado, no discurso dos educandos,

conceitos de cunho ideológico baseado no senso comum sobre ser cidadão, construído na sociedade através dos tempos, as condições históricas e situacionais em que o texto é manifestado. O saber informal/formal sobrepostos diante do conceito de cidadania adquirido na sociedade e confirmado nas aulas.

O aparecimento da palavra “honra” na descrição do conceito de ser cidadão remete o quanto é difícil usufruir da cidadania numa sociedade desigual como a brasileira onde o usufruto da cidadania está vinculado, diretamente, às condições econômicas de vida de cada indivíduo no Brasil.

A consciência construída tanto através da leitura de mundo, como através do conteúdo ensinado em sala de aula, vem antes da compreensão e assimilação da norma culta ortográfica.

É importante salientar que todos os alunos estão vivendo uma condição de cárcere o que dificulta reclamar sobre a sua condição de cidadão. O objetivo de fazer os estudantes compreenderem o tema cidadania foi facilitado pelo uso de vários tipos de linguagem como a música, a poesia de cordel, textos de conceituais. AD permitiu compreender como o conceito de cidadania está repleto de construções culturais que podem variar dependendo da condição na qual se encontra a pessoa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA. **Meio técnico-científico-informacional. \*Brasil Escola\*, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/meio-tecnico-cientifico-informacional.htm>. Acesso em: 16 abr. 2025.**

BICCAS, Maurilane. **Ano 100 com Paulo Freire: Paulo Freire, um educador brasileiro**. FEUSP - Faculdade de Educação. São Paulo, 2021 Disponível em: << <https://www4.fe.usp.br/ano-100-paulo-freire/sobre-paulo-freire> >>. Acesso em 01 abr de 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (p.82).

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora**. Org. Ana Maria Araújo Freire e Erasto Fortes Mendonça. São Paulo :Paz e Terra, 2019. (p.69).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.(p.9).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MAINGUENEU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (p. 65).

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. **Organon**, v.9, n.23, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Texto e discurso**.In: ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999. (p. 15-25).

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001. (p.23).

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Desafio histórico na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores ... Um quê de utopia?**.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 205-219, 2012. DOI:

10.20396/rho.v12i47.8640048. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640048>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1969.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

SANTOS, Milton. **Espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009 (p.84).

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Eventos. Serie **Bibliografia Viva homenageia Miguel Arroyo, criador da Escola Plural**. UFMG, 2023.

Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/eventos/serie-bibliografica-viva-homenageia-miguel-arroyo-criador-da-escola-plural>. Acesso em: 5 jan 2025.